Informativo Técnico N°12/Ano 02 - dezembro de 2011

INCREMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA PASSIVA PARA PESTE SUÍNA CLÁSSICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Antonio Augusto Rosa Medeiros¹, Ildara Nunes Vargas², Diego Viali dos Santos³, Ana Carla Martins Vidor⁴, Édison Eckert Fauth⁵

A Peste Suína Clássica (PSC), também conhecida como cólera dos suínos, é uma doença infecciosa suína, produzida por um vírus RNA da família Flaviviridae e gênero Pestivirus. Caracteriza-se por ser altamente transmissível, apresentando alta morbidade e mortalidade em rebanhos sensíveis. Afeta suínos de todas as idades, suínos selvagens, tais como javalis e catetos. Em sua forma aguda, causa quadro de hemorragia generalizada (LUBROTH, 1999).

Por ser uma doença endêmica em muitos países e sua natureza transfronteira com alta infecciosidade, a sua reintrodução na zona livre de Peste Suína Clássica causaria severos impactos econômicos e sociais. Muitas regiões geográficas têm sido significativos avanços no controle e na erradicação da PSC, como é o caso da Europa, América Central e América do Norte. Entretanto, ainda há vastas áreas onde a doença é mantida de forma endêmica, constituindo um risco permanente a países e regiões livres dessa enfermidade (FERRER, 2000).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o apoio de todos os segmentos que compõem a cadeia produtiva da suinocultura brasileira, tendo como base o Programa Nacional de Sanidade Suína, estabeleceu como meta a erradicação da doença em todo o Território Nacional (MAPA, 2011).

O Brasil conta atualmente com uma vasta região do País declarada como Livre de PSC composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Bahia, Sergipe, Tocantins, Rondônia e Acre (MAPA, 2011).

A presença da PSC é uma condição que retarda a produção animal e o comércio internacional. O continente americano é o terceiro maior produtor mundial de suínos. Os sistemas de produção são familiares e a escala industrial intensiva, representando uma importante fonte de proteína animal e de recursos financeiros (OIE, 2011).

No que diz respeito ao seu impacto econômico a enfermidade causa perdas diretas e indiretas. As perdas diretas estão associadas com morbidade, mortalidade, tratamento veterinário e custos para eliminação do foco; enquanto os indiretos relacionados principalmente a restrição dos mercados importadores (FAO, 2004).

Alguns trabalhos relatam com um dos principais dificuldades para controle da doença a subnotificação das suspeitas de ocorrência dessa enfermidade (VARGAS, 2005).

Assim, o presente trabalho visa demonstrar o incremento das ações de vigilância passiva realizadas pelo serviço veterinário oficial do Rio Grande do Sul quanto o atendimento de suspeitas de PSC e a participação de todos os atores sociais do segmento, tendo como marco para analise a publicação da Instrução Normativa (IN) do MAPA N°5, publicada em 2009.

Como estratégica para o sucesso de um sistema sanitário oficial o Estado do RS adotou um novo processo de gestão sanitária, com a participação de todos os atores sociais vinculados à atividade agropecuária através de planos de ações com responsabilidades compartilhadas entre os setores públicos e privadas. Através desta nova visão de gestão associada à publicação da IN N°5 houve um incremento significativo nas ações de vigilância zoosanitária por meio das notificações realizadas por proprietários dos animais, responsáveis técnicos (RT) das granjas ou por investigação complementar oriunda de uma vigilância ativa, conforme pode ser visto no Quadro e Gráfico 1. Adotou-se como medida que todo produtor rural ou responsável técnico de granja que tivesse conhecimento da ocorrência de mortalidade de animais acima dos índices estabelecidos pela Norma Interna N°5, ou suínos que apresentassem qualquer sintomatologia compatível de doença hemorrágica deveria notificar o serviço veterinário oficial (SVO). Após essa notificação, um médico veterinário do SVO, em no máximo 12 horas, realizava a visita na propriedade/granja para realizar a investigação epidemiológica para descobrir a causa da ocorrência.

Quadro 1: Notificações junto ao sistema de vigilância sanitária, no Rio Grande do Sul, zona livre de peste suína clássica, nos anos de 2009, 2010 e 2011*. *Primeiros 7 meses do ano

Ano	Proprietário	Responsável Técnico	SIF	Investigação complementar	Total geral	Aumento com relação ao ano anterior (%)
2009	6	74	12		92	-
2010	11	143	7		161	75%
2011*	7	73	17	4	101	Não avaliado
Total	24	290	36	4	354	

Como se percebe no quadro 1, houve um aumento do número de notificações de suspeitas de ocorrência de PSC no RS de 75% comparando o ano de 2009 e 2010.

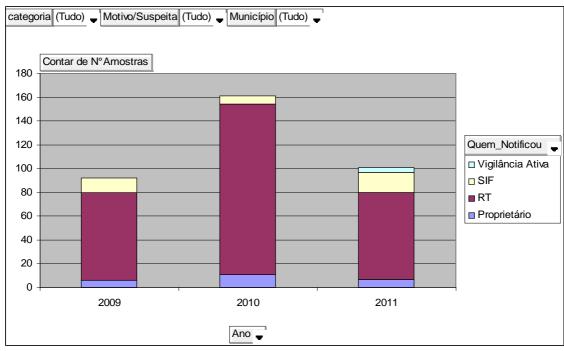


Gráfico 1: Série histórica com a evolução e a origem das notificações nos anos de 2009, 2010, 2011.

O aumento maior teve origem da notificação, conforme visualizado no gráfico 1, advindas dos responsáveis técnicos das empresas.

Todas as investigações foram registradas em formulários de investigação inicial, com diversos os diagnósticos presuntivos identificados. Não houve nenhuma suspeita fundamentada para PSC nas 354 investigadas pelo SVO do Rio Grande do Sul.

Médico Veterinário, Serviço de Doenças infecciosas da Secretaria da Agricultura e Agronegócio (SEAPA/RS)* End .Av.Praia de Belas,1768/5°Andar, Porto Alegre, RS CEP:9011-000 e-mail antonio-medeiros@agricultura.rs.gov.br

Referencia Bibliográficas

MAPA Sistema de Consulta a Legislação. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.- ago 2011(www.agricultura.gov.br).

LUBROTH J. Epidemiología, Virulencia y Peste Porcina Clásica en las Américas. Foreign Animal Disease Diagnostic Laboratory. 1999.

FERRER, E.; O. Fonseca, María Irian Percedo, María Antonia Abeledo La Peste Porcina Clásica En Las Américas Y El Caribe. Actualidad Y Perspectivas de Control Y Erradicación. 2000.

VARGAS TM. Propuesta de un Estudio par Determinar el Impacto Económico por la Presenciade la Peste Porcina Clásica y su Prevención en el Continente Americano, 2005.

² Médica Veterinária, Serviço de Doenças Infecciosas da SEAPA/RS.

³ Médico Veterinário, MSc., Servico de Epidemiologia e Estatística da SEAPA/RS.

⁴ Médica Veterinária, MSc., chefe do Serviço de Epidemiologia e Estatística da SEAPA/RS.

⁵Médico Veterinário, Serviço de Sanidade Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. 2004. OIE, Organización Mundial de Sanidad Animal (OIE).- 2011 (http://www.oie.int).

O Informativo Técnico do DPA veicula artigos dos técnicos científicos do DPA, tanto do nível central como regional e IVZs. Pode ser de autoria própria ou compilado.

O artigo <u>deve</u> vir acompanhado de <u>bibliografia</u> e deve ter tamanho máximo de <u>3.500 caracteres</u> (sem espaços). Tabelas são consideradas como caracteres e vamos limitar a duas fotografias por artigo. Em casos de artigos curtos, porém ricos em fotografias, será aceito um numero maior destas, sempre com legendas.

Os artigos podem ser enviados eletronicamente para

<u>ivo-koĥek@agricultura.rs.gov.br</u>, onde um grupo de revisores do nível central fará a avaliação, edição e dará a formatação final. Os artigos serão veiculados conforme a ordem de chegada.

O Informativo Técnico do DPA também pode ser lido e baixado no site da SEAPA